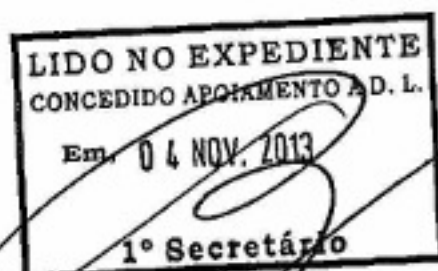




# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Gilberto Martin



INDICAÇÃO Nº

2408/13

**SUMULA:** Sugere a doação de um Aparelho de Tomografia Computadorizada 16 canais, para Hospital Universitário Cajuru.

**Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Governo, Cezar Silvestri:**

O Deputado Gilberto Martin em conformidade com o art. 127 de Regimento Interno desta Casa Legislativa, após aprovação do Plenário, sugere a doação de um Aparelho de Tomografia Computadorizada 16 canais, para Hospital Universitário Cajuru.

## JUSTIFICATIVA

O Hospital Universitário Cajuru – HUC, atualmente tem 100% do seu atendimento voltado para os usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, é também considerado o maior Pronto-Socorro de trauma do Paraná e serve como Centro de Treinamento para cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. Presta serviços de assistência médico-hospitalares em diversas especialidades, com ênfase no atendimento de urgências e emergências clínicas-cirúrgicas, em especial aquelas ligadas ao trauma. Mensalmente são realizadas 4.500 consultas no pronto socorro, 6.500 consultas no ambulatório e 900 procedimentos cirúrgicos. São atendidos pacientes de Curitiba, Região Metropolitana e diversas outras cidades do Estado do Paraná.

O HUC realiza em média 450 exames de tomografias por mês para pacientes atendidos no Pronto Socorro, além dos doentes de atendimento no Ambulatório, e 500 exames/mês para pacientes internados, totalizando aproximadamente 1.200 tomografias/mês.

A tomografia computadorizada (TC) é um exame complementar de diagnóstico por imagem, que consiste numa imagem que representa uma secção ou "fatia" do corpo. É obtida através do processamento por computador de informação recolhida após

Tel: (41) 3350-4281 – 3045-1523

Praça Nossa Senhora da Salette, s/n – Gabinete 608 – Curitiba – PR – Cep: 80.530-911

14:58 04/11/2013 009495 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete Deputado Gilberto Martin*




expor o corpo a uma sucessão de raios X. Seu método principal é estudar a atenuação de um feixe de raios X durante seu trajeto através de um segmento do corpo; no entanto, ela se distingue da radiologia convencional por diversos elementos. A principal vantagem da TC é que permite o estudo de "cortes" ou secções transversais do corpo humano vivo, ao contrário do que é dado pela radiologia convencional, que consiste na representação de todas as estruturas do corpo sobrepostas. É assim obtida uma imagem em que a percepção espacial é mais nítida. Outra vantagem consiste na maior distinção entre dois tecidos. A TC permite distinguir diferenças de densidade da ordem 0,5% entre tecidos, ao passo que na radiologia convencional este limiar situa-se nos 5%. Desta forma, é possível a detecção ou o estudo de anomalias que não seriam visualizadas em radiografias comuns, ou através de métodos invasivos, sendo assim um exame complementar de diagnóstico de grande valor.

Atualmente existe 01 Aparelho de Tomografia no HUC, que foi instalado em 07/03/2001. Para os moldes de mercado, é considerado um equipamento obsoleto, não possui peças de reposição, gera imagens com muitos artefatos, prejudicando a visualização para a emissão do laudo. Com isso aumenta o custo devido à necessidade de repetição do exame e, conseqüentemente, atraso no diagnóstico ou tratamento do paciente.

Cabe salientar que com a aquisição de um novo tomógrafo, haveria redução de gasto com contraste (devido à redução de repetições) e com serviços terceiros, menor radiação aos pacientes, diagnóstico com maior qualidade e precisão e, provavelmente, redução da permanência do paciente no hospital entre outras vantagens. Assim sendo o aparelho ora solicitado impactará na melhoria assistencial aos pacientes do SUS atendidos no hospital.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2013.

  
**GILBERTO MARTIN**  
Deputado Estadual

**Tel: (41) 3350-4281 – 3045-1523**

**Praça Nossa Senhora da Salette, s/n – Gabinete 608 – Curitiba – PR – Cep: 80.530-911**

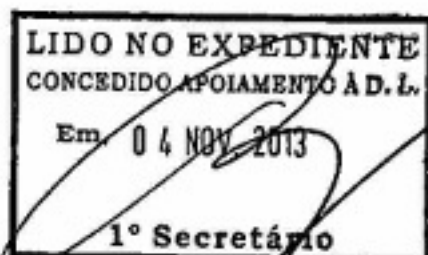


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº

2409/13



**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Manguueirinha.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Manguueirinha. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

**JUSTIFICATIVA**

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Manguinhos.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº 2410/13

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 04 NOV 2013  
1º Secretário

**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de São João.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de São João. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

**JUSTIFICATIVA**

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos, (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIVº (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de São João.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



**NELSON LUERSEN**  
DEPUTADO ESTADUAL





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº

2411/13

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 NOV. 2013

1º Secretário

**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Santo Antônio do Sudoeste.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Santo Antônio do Sudoeste. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

#### JUSTIFICATIVA

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV" (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



**NELSON LUERSEN**  
DEPUTADO ESTADUAL

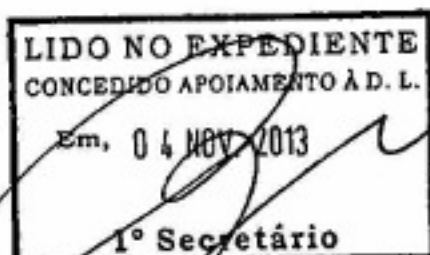




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº 2452/13



**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Salto do Lontra.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Salto do Lontra. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

**JUSTIFICATIVA**

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

DIRETORIA LEGISLATIVA  
021

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV" (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Salto do Lontra.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



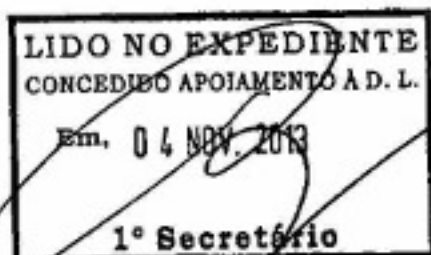
**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº 2413/13



**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Realeza.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Realeza. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

**JUSTIFICATIVA**

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado; incumbindo-lhe a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIVº (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Realeza.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

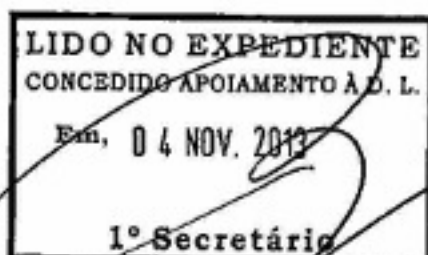


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº

2414/13



**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Pato Branco.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Pato Branco. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

**JUSTIFICATIVA**

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIVº (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº

2415/13

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 04 NOV 2013  
1º Secretário

**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Palmas.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Palmas. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

### JUSTIFICATIVA

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Pág 024

orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV" (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Palmas.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



INDICAÇÃO Nº 2456/13

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 NOV. 2013

1º Secretário

**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Marmeleiro.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Marmeleiro. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

### JUSTIFICATIVA

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos. (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).

Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV" (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Marmeleiro.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.

  
**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

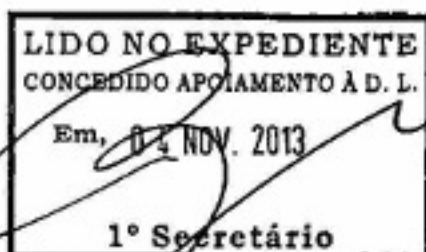


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



INDICAÇÃO Nº

2417/13



**Súmula:** Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Francisco Beltrão.

Ao Excelentíssimo Senhor Beto Richa, Governador do Estado do Paraná e a Excelentíssima Senhora Maria Tereza Ullie, Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

O Deputado **Nelson Luersen**, no uso de suas prerrogativas regimentais, **REQUER**, após aprovação do Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

- Sugere a instalação da Defensoria Pública no município de Francisco Beltrão. Município que é Comarca e atenderá os outros municípios sobre sua jurisdição.

**JUSTIFICATIVA**

É dever do Estado garantir assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem a insuficiência de recursos (Art. 5º LXXIV, da Constituição Federal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Conforme preceitua a Constituição Federal, a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV" (CF, art. 134).

Assim sendo cabe ao Estado à instalação da Defensoria Pública, de forma a atender toda a população que dela necessite.

No Paraná a Defensoria Pública foi criada em 1991, vindo a ser regulamentada em 2011, porém apesar de criada e regulamentada, a mesma vem atendendo apenas a população da capital do Estado, com número de Defensores muito aquém do necessário.

Para que seja possível a defesa em todos os graus e de todos os necessitados, se tem a necessidade inicial e urgente da instalação da Defensoria Pública nos Municípios Comarcas, como é o caso do Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 4 de Novembro de 2013.



**NELSON LUERSEN**  
**DEPUTADO ESTADUAL**